

Brasil volta a merecer crédito de bancos

Comunidade financeira anuncia apoio, respondendo à exigência da cúpula do FMI, que se reuniu ontem para aprovar acordo

Washington — Antecipando-se à decisão esperada por toda a comunidade financeira internacional — a aprovação pela cúpula do Fundo Monetário Internacional (FMI) do acordo com o Brasil — o vice-presidente do Citibank, William R. Rhodes, divulgou ontem, em Nova York, uma declaração informando que “os bancos concordaram em manter suas linhas comerciais e interbancárias em apoio ao programa econômico do governo brasileiro”.

O sinal verde do FMI à nova e mais dura versão do programa de estabilização fiscal do Brasil, negociada após a desvalorização do real e a mudança do regime cambial, estava sendo aguardado na reunião que os 24 diretores executivos da instituição iniciaram na tarde de ontem, embora até o início da noite nenhum comunicado oficial do Fundo fora divulgado a respeito.

A decisão representa um voto de confiança da comunidade financeira internacional em relação à política econômica brasileira e representa o sinal que bancos credores e investidores vinham esperando para, gradualmente, reorientar para o

Brasil uma parte das dezenas de bilhões de dólares que retiraram do país no auge da crise.

Pedido nesse sentido foi feito pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, durante o giro que fizeram pelos

centros financeiros internacionais há poucos dias. Rhodes, que presidiu o comitê de bancos credores do Brasil em pelo menos três renegociações da dívida externa entre 1983 e 1994, aceitou a incumbência de coordenar a resposta dos bancos à demanda brasileira de manutenção voluntária dos créditos de curto e médio prazo aos níveis de 28 de fevereiro último. A renovação dessas linhas vem sendo monitorada diariamente pelo Banco Central.

De acordo com informações do BC, esses empréstimos somavam US\$ 42 bilhões no final de fevereiro, sendo US\$ 22 bilhões em créditos comerciais e US\$ 20 bilhões em linhas interbancárias.

O destinatário principal da declaração divulgada ontem por Rhodes foi o próprio FMI. A mensagem foi lida aos diretores-executivos logo no início da reunião, presidida pelo primeiro vice-diretor-gerente, o americano Stanley Fischer. Adoentado, o diretor-gerente do FMI, o francês Michel Camdessus, adiou seu retorno a Washington, depois

de ter feito uma visita de emergência a Moscou, no fim de semana, e permaneceu em Paris.

Ao anunciar o acordo sobre a revisão do programa de estabilização fiscal, no final mês passado, Camdessus sublinhou que a participação dos bancos no financiamento externo do Brasil seria uma consideração central na decisão dos diretores-executivos da instituição de reafirmar seu apoio ao País. A preocupação era que, sem uma participação expressiva dos bancos, os recursos do FMI não seriam suficientes para evitar um agravamento da crise e até uma nova moratória.

“O acordo dos bancos é a expressão da confiança do setor privado no fortalecido programa econômico do Brasil”, disse o vice-presidente do Citibank. “Ele deve pavimentar o caminho para apoio adicional dos setores público e privado e para o retorno do Brasil ao mercado internacional de capitais”.

Uma fonte financeira observou que o crescimento das reservas brasileiras nos últimos dias ajudou a reforçar a mensagem de Rhodes à cúpula do FMI. Ele disse que não se surpreenderá se, nos próximos dias,

vários grandes bancos anunciarem o aumento de suas linhas de crédito ao Brasil.

E acrescentou que o apoio dos bancos e o endosso do FMI ao programa brasileiro reforçará a expectativa do mercado sobre uma emissão de dívida do Brasil nas próximas se-

manas, já anunciada como possibilidade pelo presidente do Banco Central. A venda desses papéis selará a volta do país ao mercado de capitais oito meses depois da moratória russa, quando as portas se fecharam e o País entrou do declive que levou à crise do real.

Além de recolocar o acordo do Brasil com o FMI nos trilhos, o efeito prático do endosso da instituição será o desembolso, nos próximos dias, de cerca de US\$ 8,6 bilhões. O dinheiro, que representa um acréscimo de mais de 20% às atuais reservas cambiais, correspondente à segunda parcela do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões que o País obteve em dezembro passado da comunidade financeira oficial. Além do próprio FMI, contribuíram o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e vinte países ricos, por meio do Banco Internacional de Compensações, o BIS. Se o País cumprir as metas trimestrais de desempenho que negociou, terá acesso a novas parcelas, menores, em junho e setembro.

“O ACORDO DOS BANCOS É A EXPRESSÃO DA CONFIANÇA DO SETOR PRIVADO NO FORTALECIDO PROGRAMA ECONÔMICO DO BRASIL”

William R. Rhodes,
vice-presidente do Citibank